

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	131.878	71.053	CIRCULANTE	24.423	8.565
Disponibilidades (nota 4)	618	1.238	Outras obrigações	24.423	8.565
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	121.792	61.817	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	6.728	707
Carteira própria	121.792	61.817	Diversas (nota 8)	17.695	7.858
Outros créditos	9.468	7.998	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	106.452	107.364
Diversos (nota 6)	9.889	8.431	Outras obrigações	106.452	107.364
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(421)	(433)	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	26.644	31.016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	112.510	215.663	Diversas (nota 8)	79.808	76.348
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	36.867	170.694	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.513	170.787
Carteira própria	36.867	170.694	Capital (nota 11)	174.654	174.654
Outros créditos	75.643	44.969	De domiciliados no país	174.654	174.654
Diversos (nota 6)	75.643	44.969	Prejuízos Acumulados	(61.141)	(3.867)
PERMANENTE	-	-	TOTAL DO PASSIVO	244.388	286.716
Intangível	-	-			
Ativos intangíveis	336	336			
Amortizações acumuladas	(336)	(336)			
TOTAL DO ATIVO	244.388	286.716			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil cotas)

	2º Sem.	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.961	20.312	27.232
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.961	20.312	27.232
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11	11	17
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	11	17
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.972	20.323	27.249
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(63.073)	(106.982)	(32.610)
Receitas de prestação de serviços	29.646	52.004	32.923
Outras despesas administrativas (nota 12)	(88.490)	(150.061)	(57.524)
Despesas tributárias	(4.266)	(7.477)	(4.730)
Outras receitas operacionais (nota 13)	2.738	4.815	4.174
Outras despesas operacionais (nota 14)	(2.701)	(6.263)	(7.453)
RESULTADO OPERACIONAL	(54.101)	(86.659)	(5.361)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(79)	84
RESULTADO ANTES DTRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(54.101)	(86.738)	(5.277)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18.394	29.464	1.410
Ativo fiscal diferido (nota 7c)	18.394	29.464	1.410
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	(35.707)	(57.274)	(3.867)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654.195)	(204,44)	(327,93)	(22,14)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	2º SEM.	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo Ajustado	(53.997)	(86.930)	(6.905)
Prejuízo Líquido	(35.707)	(57.274)	(3.867)
Ajustes ao Prejuízo líquido:	(18.290)	(29.656)	(3.038)
Provisão (reversão) de passivos judiciais	835	1.442	(314)
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	(720)	(1.623)	(1.296)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários (nota 7.c)	(18.394)	(29.464)	(1.410)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11)	(11)	(18)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	722	12.459	46
Aumento (Redução) de outros créditos e outros valores e bens	(17.516)	(30.508)	678
Redução em outras obrigações	18.238	42.967	1.756
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.388)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(53.275)	(74.471)	(6.859)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação em títulos e valores mobiliários	48.527	73.851	7.882
Caixa líquido originado nas atividades de investimento	48.527	73.851	7.882
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.748)	(620)	1.023
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	5.366	1.238	216
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício	618	618	1.238

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	160.146	14.508	-	174.654
Aumento de capital	14.508	(14.508)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(3.867)	(3.867)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	174.654	-	(3.867)	170.787
Prejuízo do exercício	-	-	(57.274)	(57.274)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	174.654	-	(61.141)	113.513
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	174.654	-	(25.434)	149.220
Prejuízo do exercício	-	-	(35.707)	(35.707)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	174.654	-	(61.141)	113.513

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	319.236	207.446	CIRCULANTE	319.236	207.446
Disponibilidades	2.408	826	Obrigações diversas	319.236	207.446
Depósitos bancários	2.408	826	Obrigações com consorciados	160.630	94.875
Aplicações financeiras (nota 5)	120.896	85.348	Valores a repassar	2.012	1.449
Outros créditos	195.932	121.272	Obrigações por contemplações a entregar	87.179	62.086
Cheques e outros valores a receber	2.022	1.024	Obrigações com a Administradora	55	-
Direitos dos consorciados contemplados	193.910	120.248	Recursos a devolver a consorciados	50.458	35.506
Normais	192.814	118.832	Recursos dos grupos	18.902	13.530
Em atraso	1.096	1.416	COMPENSAÇÃO	3.261.702	1.290.336
COMPENSAÇÃO	3.261.702	1.290.336	Recursos mensais a receber de consorciados	27.443	14.284
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	27.443	14.284	Obrigações do grupo por contribuição	1.657.326	659.286
Contribuições devidas ao grupo	1.657.326	659.286	Bens a contemplar - valor	1.576.933	616.766
Valor dos bens a contemplar	1.576.933	616.766	TOTAL DO PASSIVO	3.580.938	1.497.782
TOTAL DO ATIVO	3.580.938	1.497.782			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes a certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Ativos intangíveis

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao ano, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	2º SEM.	2012	2011
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	103.867	87.198	75.014
Depósitos bancários	471	826	409
Cheques e outros valores a receber	540	1.024	417
Aplicações financeiras	102.856	85.348	74.188
(+) RECURSOS COLETADOS	213.630	376.230	236.931
Contribuições para aquisição de bens	159.280	281.692	184.668
Taxa de administração	25.633	44.776	28.085
Contribuições ao fundo de reserva	4.788	8.469	5.525
Rendimento de aplicações financeiras	3.041	6.679	6.908
Multas e juros moratórios	795	1.375	928
Prêmios de seguro	3.757	6.150	2.690
Outros	16.336	27.089	8.127
(-) RECURSOS UTILIZADOS	194.193	340.124	224.749
Aquisição de bens	152.723	266.003	176.105
Taxa de administração	27.265	47.880	29.044
Multas e juros moratórios	397	686	464
Prêmios de seguro	4.107	6.786	5.776
Custas judiciais	6	14	24
Devolução a consorciados desligados	4.660	9.559	8.894
Despesas de registro de contratos	202	334	318
Outros	4.833	8.862	4.124
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	123.304	123.304	87.198
Depósitos bancários	2.408	2.408	826
Cheques e outros valores a receber	-	-	1.024
Aplicações financeiras	120.896	120.896	85.348

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundos comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao fundo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2012	2011
Quantidade de grupos administrados	277	159
Quantidade de consorciados ativos	80.576	38.232
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	49.684	21.907
Quantidade de bens entregues no exercício	9.457	2.817
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	2.035	1.362
Taxa de inadimplência	12,32%	4,06%

i. A taxa de inadimplência aumentou consideravelmente devido ao volume de cotas ativas na carteira de consórcio. Este aumento é devido ao volume anual de cotas implementadas, 101.387 em 2012 e 28.478 em 2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2012	2011
Disponibilidades	618	1.238

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2012	2011	2012	2011
Certificados de Depósito Bancário - CDBs-Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	158.659	232.511	-	-
Quotas de fundos de investimento: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	120.896	85.348
Total	158.659	232.511	120.896	85.348

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2014, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 7,55% e 10,54%, das quais parte está relacionada aos recursos não procurados.

(b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$ 87.179 (R\$ 62.086 em 2011).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro 2011:

	2012			2011		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Certificados de Depósitos Bancários	121.792	36.867	158.659	61.817	170.694	232.511

	2012		2011	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	120.896	120.896	85.348	85.348

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2012	2011
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	421	433
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	8.856	7.871
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	45.884	16.107
Devedores por depósitos em garantia (c)	27.858	26.960
Outros	2.513	2.029
Total	85.532	53.400
Ativo circulante	9.889	8.431
Realizável a longo prazo	75.643	44.969

(a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.

(b) Referem-se substancialmente a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado no montante de R\$ 3.171 (R\$ 5.484 em 2011).

(c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas explicativas nºs 13 e 14, respectivamente).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	105	38	108	39
Provisão para riscos fiscais	6.040	2.185	5.814	2.104
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	300	107	329	118
Provisão de valores a devolver para consorciados (ver nota explicativa nº 8)	2.935	1.057	2.935	1.057
Prejuízos Fiscais e base negativa de CSLL	19.329	6.959	-	137
Provisão para pagamento de comissões sobre vendas	3.645	1.312	1.355	488
Outros	1.266	606	1.184	439
Total do crédito tributário	33.620	12.264	11.725	4.382
	45.884		16.107	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	IR		CS		Valor Contábil
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base negativa	
Total	14.290	19.329	5.306	6.959	45.884
2013	3.010	-	1.121	-	4.131
2014	1.258	-	474	-	1.732
2015	5.980	521	2.173	603	9.277
2016	659	1.008	249	1.166	3.082
2017	1.291	1.822	489	2.108	5.710
2018	1.685	2.645	646	3.063	8.039
2019	282	3.477	107	19	3.885
2020	125	4.317	47	-	4.489
2021	-	5.165	-	-	5.165
2022	-	374	-	-	374
Valor presente	11.040	10.640	4.095	4.551	30.326

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$30.326 em dezembro de 2012. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetada pelo BACEN.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do exercício:

	2º Semestre		2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(54.101)	(54.101)	(86.738)	(86.738)	(5.277)	(5.277)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	13.525	4.869	21.686	7.806	1.319	475
Eleito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	-	-	(20)	(7)	(3)	(1)
Outras adições permanentes	-	-	-	-	(380)	-
Prejuízo fiscal não registrado	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social credor no ano	13.525	4.869	21.665	7.799	936	474
Total	18.394		29.464		1.410	

d) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituição de crédito tributário	21.895	7.882	1.238	583
Constituição de passivo diferido	(230)	(83)	(302)	(109)
	21.665	7.799	936	474
Total de créditos constituídos	29.464		1.410	

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2012	2011
Valores a pagar a sociedades ligadas	276	742
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	63.362	59.895
Provisões para riscos (ver nota explicativa nº 10.a)		
Provisão para riscos cíveis	1.173	1.289
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	1.615	1.506
Provisão para riscos trabalhistas	27	26
Provisão para comissões (b)	14.578	5.445
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	11.739	11.739
Outros	4.733	3.564
Total	97.503	84.206
Passivo circulante	17.695	7.858
Exigível a longo prazo	79.808	76.348

(a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora e deduzidos pela taxa de manutenção cobrada pela administradora.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

(c) Refere-se à provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSLL do período de 1992 a 1996.

(d) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2012	2011
Provisão para riscos fiscais (veja nota explicativa nº 10.a)	26.645	25.740
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	5.589	5.276
Impostos e contribuições a recolher	1.138	707
Total	33.372	31.723
Passivo circulante	6.728	707
Exigível a longo prazo	26.644	31.016

(*) Refere-se a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PASSIVOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos judiciais e obrigações legais:

	2012	2011
Obrigações legais tributárias:		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.546	10.209
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.450	11.084
Programa de Integração Social - PIS	2.236	2.117
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.798	1.735
Subtotal das obrigações legais	26.030	25.145
Provisão para riscos tributários:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	615	595
Total da provisão para riscos fiscais e obrigações legais	26.645	25.740
Provisão para riscos cíveis	1.173	1.289
Provisão para riscos - outros passivos (nota nº 8.c)	1.615	1.506
Provisão para riscos trabalhistas	27	26
Total da provisão para riscos	29.460	28.561

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	25.974	24	2.766	28.764
Constituição (Reversões) líquidas do período	1.279	2	(717)	564
Pagamentos	(7)	-	(760)	(767)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.246	26	1.289	28.561
Constituição (Reversões) líquidas do período	1.014	1	427	1.442
Pagamentos	-	-	(543)	(543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.260	27	1.173	29.460
Saldo no início do 2º Semestre de 2012	27.807	27	1.241	29.075
Constituição (Reversões) líquidas do período	453	-	382	835
Pagamentos	-	-	(450)	(450)
Saldo no final do exercício de 2012	28.260	27	1.173	29.460
Depósitos em garantia (nota 6.c)	26.029	-	1.829	27.858

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2012		2011	
	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Cíveis	84	360	50	373
Posição em 31 de dezembro de 2012	84	360	50	373

Obrigações legais

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por ser a Administradora empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

- CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação quanto aos valores pagos a título de CSLL nos anos-base 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser a Administradora empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser a Administradora empresa não empregadora.
- CPMF - a principal tese em discussão refere-se à mandado de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

Provisão para riscos fiscais

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativos a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 30% do valor em risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$ 174.654 (174.654.195 quotas em 31 de dezembro de 2012).

Conforme previsto no estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, conforme proposta da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram propostos dividendos.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	2012	2011
Prestação de serviços administrativos (a)	4.930	10.988	9.117
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)			
Sistema de comunicação	76.083	125.864	40.785
Sistema de processamento de dados	1.230	2.109	1.157
Outras	2.402	4.265	2.786
Total	3.845	6.835	3.679
	88.490	150.061	57.524

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas no ano de 2012 - 101.387 cotas e no ano de 2011 - 28.478 cotas.

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2012	2011
Reversão de provisão (a)	1.556	2.422	2.360
Recuperação de despesas	2	3	20
Atualização Monetária de Impostos a Compensar e depósitos em garantia	720	1.622	1.296
Receita de multa e juros	400	691	478
Outras	60	77	20
Total	2.738	4.815	4.174

(a) Refere-se a reversão provisão de recebimento de comissões e ações cíveis.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2012	2011
Variação monetária e juros passivos (a)	1.759	4.387	5.159
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	400	900	1.133
Indenização por ações cíveis	450	543	760
Outras	92	433	401
Total	2.701	6.263	7.453

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos judiciais.

15. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2012	2011
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	1.656	497
Remuneração variável	287	221
Outros benefícios (Prêmios, Recisões e Benefícios)	-	-
Total	1.943	718

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares diretos.

e) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, podem ser resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)		
	2012	2011	2º Semestre	2012	2011
CONTROLADORA:					
Banco GMAC S.A.:					
Aplicações em CDBs	158.659	232.511	-	-	27.233
Outras obrigações - diversas	(276)	(302)	-	-	-
PARTES RELACIONADAS:					
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:					
Outras obrigações - diversas	-	(440)	(4.930)	(10.988)	(9.117)
GMAI Corretora de Seguros S.A.-					
Outros créditos	-	1	-	-	-

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adotam o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESÃO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI Nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora incluiu CSLL e COFINS no montante total de R\$ 21.995, sendo R\$ 8.237 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 12.779 de juros, sem considerar os descontos do programa. Até o momento, a Administradora não realizou ajustes no seu balanço e resultado devido às incertezas geradas no entendimento da nova regulamentação.

Dessa forma, a Administradora assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento.

Em 31 de dezembro de 2012, o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

A DIRETORIA

CONTADOR:

Elio Pereira Sales - CRC 1SP212554/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2012 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de Março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5